

## A PCSD, as Crises e a Crise Pandémica

Ana Paula Brandão

CICP, EEG-Universidade do Minho

A(s) crise(s) faze(m) parte do ADN histórico do processo de construção europeia, que emergiu após uma guerra, com o desiderato de evitar novos conflitos cruentos entre Estados europeus. Diferenciadas na área de incidência, na origem, na duração, no alcance, nas causas e nos efeitos, as crises, em crescendo de complexidade, têm demonstrado algumas constantes: a continuidade do processo; a intensificação e/ou a maior visibilidade de tendências – gerais do processo, incluindo tensões dilemáticas históricas, e específicas da área de incidência da crise – que precedem a crise; reações nacionalistas/soberanistas que minam o valor fundamental da solidariedade entre Estados-membros; ausência de reforma profunda; avanços incrementais (na área crítica).

A PCSD é um exemplo desta dinâmica crise-mudança incremental. Emergiu catalisada pela crise, externa mas de proximidade, que provou a inoperância do coletivo europeu em palco balcânico, resistiu à clivagem europeia no contexto da intervenção no Iraque no ano da sua primeira missão (2003) e, na sequência do debate – “Defence matters” – e subsequente identificação das fragilidades e definição dos eixos

e das ações prioritárias volvidos dez anos – Conselho Europeu, dezembro 2013 –, conheceu um ímpeto efetivo, com “realizações concretas” – e.g., projetos PESCO –, em reação a uma nova crise (Brexit). Em resposta a crises securitárias e a uma crise humanitária – a designada “crise dos refugiados” –, expandiu o seu alcance “fora de área”, em termos quer de domínios quer de internalização: luta contra o terrorismo – e.g., artigo 43.º do TUE; possibilidade de utilização dos seus meios dentro do espaço da União; conexão com o ELSJ – e.g., “Strengthening Ties between CSDP and FSJ - Road Map”, 2011; migração e luta contra o crime organizado – e.g., Operação Sophia. A PCSD tomou mais operativa e visível a União como provedora de segurança internacional, de pendor mais civilista – as missões civis representam 64,7% do total atualmente no terreno –, mas este passo minimal, traduzido no formato intergovernamental, despojado de leis europeias, fora do controlo democrático e jurisdicional europeu, dependente das capacidades dos Estados-membros e da vontade destes em participar permitida pelo modelo de “geometria variável” das operações e pela flexibilização (modalidades) da cooperação, expõe mais uma dimensão do “*capability-expectations gap*” da *actorness* da UE.

A pandemia Covid-19, uma efetiva *transboundary crisis*, propagou-se por todos os Estados-membros, atingindo dois valores fundamentais, a vida e a dignidade humanas, impactando no local-local, no quotidiano das comunidades, das famílias, das pessoas, com efeitos severos nos domínios sanitário, económico e social. Quais as

implicações para a PCSD? No imediato, verificou-se a cooperação entre os Estados-membros na partilha de informações e de boas práticas relativas à participação das forças armadas nacionais no combate à Covid-19, incluindo a criação pelo SEAE de um grupo de trabalho para o efeito, dirigido pelo Estado-Maior da UE, e em coordenação com a OTAN. No entanto, dada a prioridade da recuperação económica, com a imperativa necessidade de manter o modelo social europeu, prevê-se a desaceleração do élan cooperativo em matéria de defesa iniciado em 2016, desde logo menos recursos e disponibilidade/envolvimento dos Estados-membros. No que respeita às operações, e apesar de os Ministros da Defesa terem já afirmado a importância de manter a presença da União no terreno, sobretudo nos países e nas regiões mais instáveis e frágeis, antecipa-se a diminuição do número de missões e da disponibilidade de meios por parte dos Estados-membros. De sinal contrário, é a “*janela de oportunidade*” – doravante *health matters* – para reforçar a tendência expansiva da PCSD, de pendor humanitário e de ligação entre as dimensões externa e interna da *actorness* europeia. A prevenção, a deteção e as respostas a pandemias globais já se encontravam em texto – Estratégia Global da UE –, e a PESCO contempla dois projetos na área médica. Europeizar o que foi/está a ser (bem) feito no nível nacional terá ainda o valor acrescentado de tornar a PCSD mais próxima (e presente junto) das pessoas – cidadãos europeus e não europeus, fora e dentro do espaço da União. Como operacionalizar, rentabilizando os meios existentes e

coordenando políticas, instituições europeias e Estados-membros (?), é uma reflexão que não deve ser adiada.